



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 121, DE 2011**

**(Do Sr. Jonas Donizette)**

Estabelece hipótese em que ao trabalhador é permitida a movimentação de sua conta vinculada no FGTS e dá outras providências.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-5166/2009.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Artigo 1.º - A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada para quitação de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de taxas municipais que estejam vencidos, cuja obrigação decorra da incidência tributária sobre imóvel de propriedade do titular da conta vinculada que se pretenda movimentar e utilizado para moradia permanente da entidade familiar por ele integrada.

Artigo 2.º - Para uma mesma finalidade da espécie prevista no artigo 1.º é admitida a movimentação de duas ou mais contas vinculadas do FGTS desde que os titulares comprovadamente integrem a mesma entidade familiar e residam no mesmo imóvel.

Artigo 3.º - O valor máximo da movimentação, isolada ou conjunta, nunca poderá exceder o total do débito tributário existente.

Artigo 4.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

A proposição visa instituir permissão para que o trabalhador possa utilizar recursos de sua conta vinculada no FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para quitar dívidas tributárias incidentes sobre imóvel de propriedade do titular da conta vinculada cuja movimentação seja pretendida e que dito imóvel destine-se a moradia permanente da entidade familiar por ele integrada.

Tal medida visa socorrer as famílias que, depois de árduos sacrifícios, lutas e intempéries, conquistaram sua casa própria, mas que a escassez financeira leva à dívida de IPTU e de taxas municipais incidentes sobre a casa própria, e daí passam a viver o drama e o temor de perderem a casa.

Uma vez que o recurso do FGTS pertence ao trabalhador, ao utilizá-lo para pagar seu débito tributário, ele não onerará seu salário, sua renda familiar, em geral insuficiente para arcar com as necessidades básicas de si próprio e de sua família.

A favor, ainda, da proposição, o fato de a legislação do FGTS já permitir que o trabalhador utilize os recursos do FGTS para adquirir sua casa própria, sendo, portanto, útil e válido que permita seu uso, também, para preservar sua propriedade.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos Nobres Deputados para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 2011.

**Deputado JONAS DONIZETTE  
(PSB-SP)**

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------